

Azeredo acredita que mudanças feitas no Senado serão aprovadas na Câmara



Gerardo Magela

Lei do Cibercrime defende usuário e não restringe liberdade, diz Azeredo

Eduardo Azeredo classifica as reações negativas ao texto da Lei dos Cibercrimes aprovado no Senado como fruto de "interpretações equivocadas". Para o senador, o projeto – substitutivo a proposta da Câmara – está em linha com a Convenção de Budapeste e com a legislação mais avançada no mundo. **4**

Garibaldi: Mesa deverá recuar na criação de cargos

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, disse acreditar que a Mesa diretora voltará atrás na decisão de criar 97 cargos de livre provimento – que podem ser preenchidos sem a necessidade de concurso público – nos gabinetes dos senadores. A medida, tomada na última quarta-feira, recebeu críticas, já que, de acordo com a Constituição, apenas o Plenário poderia deliberar sobre criação de cargos. A Mesa tem reunião hoje, às 14h30.

– Meu prognóstico é que a própria Mesa não vai expor o Plenário a essa decisão, que poderá ser tomada por ela, simplesmente voltando atrás em um ato que se revelou impróprio, inoportuno, e que causou revolta e protesto – observou.

Decisão suspensa

Garibaldi esclareceu que, até a reunião de hoje, a decisão de criar os cargos está suspensa. Caso a Mesa não recue, a matéria será votada em Plenário na forma de projeto de resolução. O senador enfatizou que a responsabilidade pela decisão é da Mesa.

– A responsabilidade não é dos líderes. Eles só vão orientar suas bancadas se a matéria for para o Plenário – afirmou.

O presidente ressaltou que não conversou nos últimos dias com o 1º secretário, Efraim Moraes (DEM-PB), responsável pelos atos administrativos, nem com nenhum outro membro da Mesa. Garibaldi lembrou ainda que há um concurso para preenchimento de 150 vagas no Senado agendado para o segundo semestre.

Parlamento discute o futuro da Amazônia

Integração dos países amazônicos dentro do princípio da soberania e da solidariedade está em debate no Parlamaz

O Parlamento Amazônico (Parlamaz) iniciou ontem debates para elaborar seu plano estratégico. Um dos pontos centrais das discussões, que prosseguem hoje e amanhã, é a soberania de cada país amazônico sobre a região, conforme explicou o senador João Pedro, um dos participantes do encontro. A presidente do Parlamaz, a deputada boliviana Ana Lucia Reis, destacou a

necessidade de integração e colaboração dos países amazônicos para garantir a sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos da região. Ela quer impedir a continuidade dos desmatamentos.

A designação dos membros brasileiros do Parlamento Amazônico foi pedida pelos participantes do encontro durante reunião com o presidente do Senado, Garibaldi Alves. **2**



João Pedro, Paul Somohardjo, Ana Lucia e Zulay Zambrano participam de reunião do Parlamaz no Interlegis



Representantes do Parlamaz pedem a Garibaldi que indique integrantes brasileiros do parlamento



Moreira Matiz

Atitude de procuradores da República é criticada pelo líder do PSDB

Virgílio alerta para risco de crise institucional

Em nota divulgada ontem, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), criticou a atitude de procuradores da República que estariam redigindo uma representação contra o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, acusando-o de ter cometido crime de responsabilidade e pedindo o seu afastamento. De acordo com o senador, isso pode levar a uma crise institucional.

Também o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, afirmou não acreditar que prospere no Senado um eventual pedido de *impeachment* do presidente da corte.

– Acho difícil [prosperar] pelo seguinte: é a mesma lei que processa o presidente da República. Ela tem o seu alcance no crime de responsabilidade. O que está sendo discutido é uma decisão judicial, não um crime. A não ser que, quando chegar aqui, o documento [o pedido de *impeachment*] traga alguma referência em relação a crime de responsabilidade – disse o presidente.

Garibaldi esclareceu que a Casa tem competência para receber solicitações de impedimento dos ministros do STF.

J. Freitas

Paulo Lima

A presidente do Parmalaz, deputada boliviana Ana Lucia Reis, defende a necessidade de integração e colaboração dos países amazônicos para garantir a sustentabilidade

Parlamento Amazônico deve reforçar soberania na região

O PLANO ESTRATÉGICO do Parlamento Amazônico (Parlamaz) deverá ser guiado pelo princípio da soberania de cada um dos países-membros sobre a região, afirmou na manhã de ontem o senador João Pedro (PT-AM), durante a abertura, em Brasília, de reunião do Conselho Diretor do colegiado. A elaboração do plano é o principal objetivo do encontro, que se estende até amanhã, no auditório do Interlegis. O desenvolvimento sustentável, a diversidade étnica, cultural e lingüística também são temas dos debates.

– Nos últimos dias, ganhou relevância no Brasil a discussão acerca da soberania da Amazônia, e o próprio presidente Lula chegou a afirmar que a Amazônia tem dono, o dono da Amazônia brasileira é o seu povo – disse o senador.

Por sua vez, a senadora Serys SHehssarenko (PT-MT) argu-

mentou que somente a implementação de políticas voltadas para os “povos da floresta” permitirá que o desenvolvimento econômico da região ocorra com “sustentabilidade ambiental”.

Criado em 1988 no Peru, o Parlamaz passou por uma fase de desmobilização devido a problemas políticos dos países da região e retomou seus trabalhos em 2001, na Bolívia.

A presidente do Parlamaz, deputada boliviana Ana Lucia Reis, destacou a necessidade da integração e colaboração dos países amazônicos para garantir a sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos da região.

Segundo a secretária-executiva do Parlamaz, a deputada venezuelana Zulay Zambrano, a maior parte das empresas que atuam na Amazônia “não são nacionais [não têm origem nos

países da região amazônica], mas transnacionais, que inclusive vêm patenteando medicamentos e plantas locais”.

João Pedro voltou a defender o projeto de sua autoria que cria a Universidade Pan-Amazônica.

Grupo brasileiro

Representantes dos países-membros do Parlamaz cobraram do presidente do Senado, Garibaldi Alves, a designação dos membros brasileiros do grupo. O país tem direito a dez representantes – cinco titulares e cinco suplentes –, a serem divididos entre Câmara e Senado.

Na audiência, da qual participaram João Pedro, José Nery (PSOL-PA) e Eduardo Suplicy (PT-SP), Garibaldi se comprometeu a tentar articular as indicações com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, até amanhã.



João Pedro (E), observado por Paul Somohardjo (Suriname), Ana Lucia e Zulay Zambrano, fala na abertura da reunião

Antropólogo pede leis em favor dos indígenas

Para o antropólogo Ronny Velásquez, professor da Universidade Central da Venezuela, a colonização européia impôs à região amazônica uma “cultura ocidental” que acabou por esconder a cultura dos povos indígenas. Por isso, ele defendeu, na reunião do Parlamaz, a elaboração de leis que beneficiem esses povos.

Como exemplo, Velásquez lembrou que a constituição da Venezuela possui um capítulo sobre os direitos dos povos indígenas e que, além disso, esse país tornou oficiais várias

línguas indígenas. Ele também destacou que a Constituição brasileira, ao conter artigos sobre os direitos dos povos indígenas que existem no Brasil, foi fundamental para o aumento dessa população.

– Temos de respeitá-los, compreendê-los e valorizá-los, pois eles possuem uma cultura milenar – afirmou.

O antropólogo criticou o fato de debates como o do Parlamaz não contarem com a participação de representantes indígenas.

– Onde estão eles neste

evento? Por que não lhes perguntamos o que querem? – questionou, acrescentando que “os povos indígenas deveriam estar nesses encontros para falar de temas como desmatamento, produção de soja, arroz e cana, por exemplo”.

Velásquez disse que “a cultura ocidental vê a Amazônia apenas como um lugar a ser explorado, devido a seus recursos e a sua biodiversidade, e foi dominando a região sem se importar com os seres humanos que estão lá, inclusive matando-os”.

Advocacia do Senado prepara resposta ao STF sobre Lei Seca

A Advocacia Geral do Senado começou a elaborar resposta ao pedido de informações do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a Lei 11.705/08, a Lei Seca. O documento será entregue na primeira semana de agosto, informou o advogado-geral, Alberto Cascais.

O presidente do STF, Gilmar Mendes, encaminhou à Mesa do

Senado pedido de informações para fornecer respaldo legal à decisão que o STF dará sobre a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) proposta pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel). A entidade pede liminar suspendendo os efeitos da lei. Para Cascais, a premissa é de que o STF mantenha o texto da lei.

A agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Congresso deve votar LDO 2009

Às 14h a sessão é deliberativa. Na pauta, a programação monetária do quarto trimestre de 2007 e do primeiro trimestre de 2008. Às 19h será realizada sessão conjunta do Congresso para votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009.

Garibaldi recebe Henrique Meirelles

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe, às 9h30, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; às 14h o reitor da Universidade de Salamanca, Jose Ramon Alonso, para assinatura de convênio; e às 15h o jornalista e servidor do Senado, Francisco Sant'anna, premiado pelo Senado Francês por sua tese de doutorado. Às 14h30 participa de reunião da Mesa diretora.

Comissão examina proposta sobre FPE

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) reúne-se, às 10h30, para examinar o projeto que atualiza a sistemática de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e o que altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Logo após, a CDR faz balanço de atividades do primeiro semestre.

Audiência com presidente do BC

Em audiência pública às 10h, senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouvem o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, sobre as diretrizes, implementação e perspectivas da política monetária.

CMO analisa crédito extraordinário

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) analisa, em reunião deliberativa às 14h30, entre outros itens, mensagens do Executivo de créditos extraordinários para ministérios e outros órgãos.

Abandono de ferrovias no Rio Grande do Sul

Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) promove reunião. O primeiro item a ser analisado é o requerimento de audiência pública para debater o abandono de ferrovias no Rio Grande do Sul.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes • João Durval

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Demissão de bancário endividado pode acabar

Deve ser examinada amanhã, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), projeto de lei revogando artigo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que permite a demissão, por justa causa, do empregado bancário que for inadimplente. A proposta (PLC 46/08) recebeu parecer favorável do senador Paulo Paim (PT-RS).

O artigo 508 da CLT estabelece que "considera-se justa causa, para efeito de rescisão de contrato de trabalho do empregado bancário, a falta

contumaz de pagamento de dívidas legalmente exigíveis".

Paim sustenta que a demissão demonstra preconceito a esses profissionais.

A CAS também examinará projeto do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que altera a legislação de Imposto de Renda Pessoa Jurídica para desonerar a remuneração de férias e do décimo terceiro salário.

Pela proposta (PLS 685/07), o décimo terceiro salário, as férias e o adicional de um terço devidos aos trabalhadores

ficarão isentos do Imposto de Renda. Zambiasi argumenta que a Constituição pretendeu fazer justiça ao trabalhador ao lhe conceder esses benefícios, portanto não caberia incidência do IR e de contribuição para o custeio da Seguridade Social sobre esses valores.

Em seu parecer favorável, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) manteve a isenção sobre a remuneração de férias e respectivo abono, mas excluiu a isenção de IR sobre o décimo terceiro salário.



Comissão de Assuntos Sociais examina ainda isenção do IR sobre 13º salário

Novo Código de Processo Penal começa a ser discutido em agosto

A comissão externa criada para preparar o anteprojeto do novo Código de Processo Penal (CPP) inicia os trabalhos em 5 de agosto. Na reunião, serão apresentadas pesquisas realizadas pelos integrantes dos quatro grupos temáticos para facilitar o exame das propostas.

Na última quarta-feira, a comissão foi instalada pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, a requerimento do senador Renato Casagrande (PSB-ES). Nesse dia, foi aprovado o regimento, que terá de ser ratificado pela Mesa do Senado.

O colegiado vai reunir-se uma vez por mês e tem prazo de 180 dias para propor um anteprojeto do CPP. Esse documento será submetido à apreciação dos senadores. Com base nos trabalhos, os parlamentares apresentarão, então, um pro-

jecto destinado a reformular o código (Decreto-Lei 3.689/41). A sociedade pode apresentar sugestões ao colegiado no endereço www.senado.gov.br/novocpp ou pelo e-mail novocpp@senado.gov.br.

Compõem a comissão o procurador regional da República Eugenio Pacelli, eleito relator-geral; o juiz federal Antonio Corrêa, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Hamilton Carvalhido, o professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, o professor da Universidade de São Paulo (USP) Antônio Magalhães Gomes Filho, o consultor legislativo do Senado Fabiano Augusto Martins Silveira, o promotor de Justiça Tito de Souza Amaral, o delegado federal Sandro Torres Avelar e o advogado Félix Valois Coelho Júnior.

Ideli fala em seminário sobre as mudanças já aprovadas no CPP

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), participa hoje como palestrante, no Ministério da Justiça, de seminário sobre as mudanças no Código de Processo Penal aprovadas em junho.

Ideli foi coordenadora do grupo de trabalho, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que analisou mudanças apresentadas pelo Executivo ao código.

– Minha contribuição será contar como o Senado trabalhou rápido para aprovar medidas que tornem a Justiça no Brasil mais ágil. Para a população, se a Justiça tarda, ela já falhou", disse a senadora.

O seminário é promovido



Ideli coordenou na CCJ grupo que discutiu alterações no código

pelo Ministério da Justiça e pela Associação dos Juizes Federais do Brasil.

CCJ vota fim do sigilo fiscal e bancário de servidores

A medida valerá também para ocupantes de cargos públicos eletivos, como governadores, deputados e senadores. Proposta precisa ser votada ainda em Plenário

OS SERVIDORES QUE exercem funções, cargos e empregos públicos, além das empresas contratadas pela administração pública, poderão ter suspensos os sigilos bancário e fiscal durante o período do vínculo empregatício ou da relação contratual. A proposta (PEC 47/05), contida em substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS), prevê que a medida valerá também para todos os ocupantes de cargos públicos eletivos – como governadores, deputados e senadores – e de funções de confiança e cargos comissionados. A matéria deverá ser votada amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Simon elogiou Cristovam Buarque (PDT-DF), autor do texto, pela iniciativa. O senador gaúcho defende, no entanto, que a regra seja ampliada "a todos os servidores e agentes públicos, assim como às transações financeiras efetuadas por obrigação de contratos com a administração pública".

A medida, observou Simon, contribuirá para assegurar os princípios de moralidade e transparência na gestão de recursos públicos. O parlamentar reforça os argumentos apresentados por Cristovam, ressaltando que a PEC de extinção do direito de sigilo de agentes públicos é condição para a proteção do patrimônio público contra a corrupção.

Em reunião realizada no início do mês, o presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE), concedeu vista do texto a Aloizio Mercadante (PT-SP). Após ser votada na comissão, a matéria será submetida à decisão final do Plenário.

Edital de citação

A Comissão de Justiça também pode votar amanhã o projeto (PLS 207/05) do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) que reduz para dez dias o prazo previsto para publicação de edital de citação ou chamamento de réu. Conforme o Código de Processo Civil (Lei 5.869/73), o prazo é de 15 dias, a partir de despacho do juiz, para que seja publicado edital chamando o réu a se defender de ação movida contra ele. Mesquita Júnior afirmou que a redução acelerará a comunicação do fato ao interessado.

Segundo a proposta, o edital será publicado uma vez

no *Diário Oficial* do tribunal em que corre o processo e duas vezes em jornal local. O senador sugere ainda que a citação seja divulgada na página mantida pelo órgão judicial na internet, por até 30 dias após a data da primeira publicação, de acordo com determinação do juiz.

Em seu relatório favorável à matéria, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ressalta a importância da citação por edital, que ocorre em casos nos quais a localização do réu é desconhecida ou inacessível. A PEC terá decisão terminativa na Comissão de Justiça.



A medida, diz Pedro Simon, é fundamental à proteção do patrimônio público



Serys (E) participa de reunião da CMO, que hoje discute pedidos de crédito

Comissão de Orçamento vai adequar regulamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve examinar hoje relatório sobre proposta de adequação de seu regulamento interno à Resolução nº 1/06, do Congresso Nacional, em que foram consolidadas as últimas grandes alterações nas regras do colegiado para apreciar matérias orçamentárias.

Com o regulamento atualizado, a CMO terá maior facilidade para aplicar as novas regras adotadas pela resolução, como o dispositivo que prevê o desligamento do membro

titular que não comparecer a três reuniões consecutivas ou seis alternadas. Na hipótese de faltas injustificadas, ficam também sujeitos a pena de desligamento os suplentes designados relatores e os membros dos comitês permanentes da CMO.

O texto propõe a institucionalização do Colegiado dos Representantes das Lideranças Partidárias (CRLP), até então informal, embora com poder decisivo sobre os acordos no colegiado. O regulamento

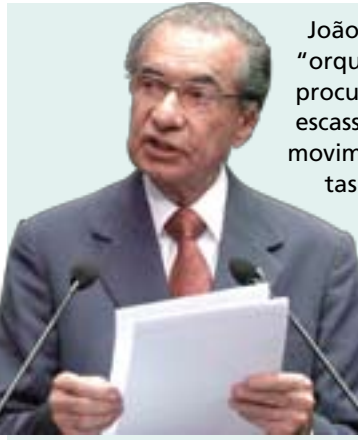
prevê prazo de cinco dias úteis, após a instalação da CMO, para que cada líder de partido faça a indicação formal do seu representante junto à comissão.

O relatório, do deputado José Rocha (PR-BA), está na pauta da reunião em que vão ser também apreciados cinco pedidos do governo federal para abertura de créditos a órgãos do Poder Executivo, Justiça Eleitoral, Senado e Ministério Público da União (MPU). O encontro será realizado às 14h30.

Durval pede mobilização em favor do etanol

Fátima Cleide apóia greve de policiais de RO

Foto de J. Fréins



João Durval: petrolíferas temem concorrência do etanol

João Durval (PDT-BA) afirmou da tribuna que há uma “orquestração” de setores da comunidade internacional procurando vincular a produção do etanol brasileiro à escassez mundial de alimentos. Para fazer frente a esse movimento, o senador conclamou os políticos e os jornalistas brasileiros a defender o uso do combustível produzido a partir da cana-de-açúcar, a exemplo do que, segundo disse, tem feito o presidente Lula.

Citando palavras atribuídas ao ministro Miguel Jorge, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o senador disse que a campanha contra o etanol brasileiro foi desencadeada por agricultores europeus e organizações não-governamentais financiadas por empresas petrolíferas – que se veriam ameaçadas pelo biocombustível do Brasil.

Fátima Cleide (PT-RO) criticou o governador de Rondônia, Ivo Cassol, por não dialogar com o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar do estado, em greve desde o dia 7 de julho. As categorias reivindicam reajuste de vencimentos e redução da jornada. O fato, advertiu, afeta a segurança de toda a população.

A senadora acusou Ivo Cassol de agir de forma truculenta em resposta às corporações, expressa em declarações que teria feito à imprensa, “usando palavras de baixo calão para se referir aos militares e a suas esposas”. Tais atitudes, ressaltou Fátima Cleide, também geraram reação de associações e sindicatos de outras categorias de trabalhadores, uma vez que as próprias esposas dos bombeiros e policiais estão à frente dos protestos.



Foto de Leopoldo Silva

Fátima Cleide critica Ivo Cassol por não querer dialogar com categoria

Papaléo defende critério técnico para diretor de agência

Papaléo Paes (PSDB-AP) voltou a apontar o aparelhamento político no preenchimento, pelo governo, dos cargos de direção das agências reguladoras. A prática, segundo ele, prejudica o desempenho dessas instituições, que, pela própria natureza e definição legal, exigiriam critérios técnicos na ocupação desses cargos.

O senador disse que as agências reguladoras representam uma forma de equilibrar os interesses dos consumidores e dos mercados, em prol do bem comum. Lembrou que a partidização na escolha dos dirigentes também vem sendo criticada pela imprensa. E que ele próprio já alertara, pouco antes do acidente da TAM em julho de 2007, sobre a “politicização” da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) que contribuiu para a instauração do caos no setor aéreo nacional.

– Não é o que vem ocorrendo, não só por responsabilidade do presidente, mas desta Casa, que tem a prerrogativa de aprovar ou não os nomes escolhidos. Quando formos fazer avaliação das indicações, vamos respeitar as indicações, mas não vamos ser apenas uma Casa homologatória. Temos que promover um verdadeiro debate, com avaliação do currículo do cidadão que está sendo indicado, e fazer um julgamento suprapartidário.

O parlamentar também comentou a visita, na semana passada, da comissão de senadores à Santa Casa de Misericórdia de Belém, onde ocorreram mais de 50 mortes de recém-nascidos no último mês. Juntamente com Augusto Botelho (PT-RR), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), José Nery (PSOL-PA) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Papaléo integrou a comissão, que em breve divulgará um relatório.



Foto de Angélio

Papaléo Paes denuncia aparelhamento político para preencher cargos

Liberdade na internet é fundamental, afirma Azeredo

Senador se diz satisfeito com trabalho que fez ao relatar o projeto da Lei dos Crimes de Informática na CCJ e acredita que mudanças feitas no Senado serão aprovadas também na Câmara

O SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) disse à Agência Senado, na última sexta-feira, estar convicto de ter cumprido uma missão: a aprovação pelo Senado, na noite de quarta-feira, do projeto de lei que tipifica os crimes cometidos por meio de computadores, na internet e em outros tipos de rede. Definidos em lei, os crimes passam a existir no mundo jurídico, dando aos tribunais instrumentos para punir “ciberpiratas”, estelionatários, pedófilos e quem cria e espalha vírus de computador.

O senador classificou as reações negativas ao novo texto como fruto de “interpretações equivocadas”. Ele observou que o projeto aprovado, uma proposta substitutiva ao PLC 89/03, está em linha com a Convenção de Budapeste, firmada em novembro de 2001, na Hungria, e considerada por Azeredo peça fundamental na cooperação internacional para o combate aos crimes cibernéticos.

O texto aprovado no Senado ainda será votado na Câmara.

Por que setores como o dos provedores de internet estão reagindo negativamente ao projeto de lei sobre os crimes de informática?

Não sei o motivo, talvez seja fruto de uma interpretação equivocada do projeto. Aproveitamos as sugestões desses setores no momento de elaborar a proposta substitutiva ao projeto que veio da Câmara. Por outro lado, devemos lembrar que essas empresas prestam um serviço público, e é natural que tenham de atuar segundo regras. Regras, aliás, já praticadas por algumas delas de forma espontânea em São Paulo e que já estão em vigor na Europa, por exemplo.

Em que medida o projeto da Câmara evoluiu no Senado?

Foi um longo trabalho, realizado por quatro comissões que fizeram atualizações importantes em função das inovações tecnológicas. Participaram ativamente não apenas os senadores, mas também representantes de vários organismos públicos e privados.

O senhor foi acusado, a certa altura, de tentar restringir a liberdade na internet. O que houve?

Esse tipo de acusação só mostra a importância da discussão. Na época, foram feitas análises parciais do trabalho em andamento, que visava criar um ambiente seguro com a maior liberdade possível. Posteriormente, fizemos aperfeiçoamentos. O objetivo foi sempre defender os usuários da internet, hoje calculados em 40 milhões. Considero a liberdade na internet fundamental.

Alguns estão dizendo que o armazenamento de arquivos com os registros de acesso vai encarecer não só os custos dos provedores, mas de qualquer empresa ou órgão público que mantiver uma rede de computadores. Isso é verdade?

Não. Esses cálculos de elevação dos custos dos provedores, apresentados pela Abranet [Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet], foram corrigidos por nós durante uma audiência pública realizada há cerca de um ano e meio. Para se ter idéia, o armazenamento dos logs por três anos na cidade de São Paulo consumiria apenas seis DVDs. Os custos, inclusive, ficam cada vez mais baratos em função dos avanços na tecnologia. A analogia que se deve fazer é com o registro de uma ligação telefônica. Não existe nem o que eles estavam pondo em discussão, que era o custo de certificação digital.

Outra queixa dos provedores é em relação ao artigo que os obriga a encaminhar ao poder público as denúncias de crimes que recebem. O que o senhor pensa?

Qualquer margem de dúvida que houvesse em relação a esse



Foto de Gerônimo Magela

Azeredo: projeto que tipifica crimes pelo computador alinha o Brasil com Primeiro Mundo

ponto foi sanada com uma emenda em Plenário. Trocamos a expressão “denúncias de que tomarem conhecimento” por “denúncias recebidas”. O projeto, portanto, não atribui papel policial aos provedores. Temos que mostrar o quanto ele é positivo e que nos põe em linha com a legislação mais avançada que trata do tema na Europa, nos Estados Unidos, no Japão e na Austrália.

O senhor considera que o projeto está pronto ou a Câmara ainda pode fazer algum aperfeiçoamento?

A Câmara participou dos entendimentos finais feitos aqui no Senado. Em maio, participei de um seminário internacional naquela Casa, no qual se destacaram os deputados Colbert Martins [PMDB-BA] e Júlio Semeghini [PSDB-SP]. Estou satisfeito com o trabalho que pude fazer como relator na CCJ e com a colaboração de outros senadores, como Aloizio Mercadante [PT-SP], relator na Comissão de Assuntos Econômicos. Quero destacar ainda a participação da Consultoria do Senado.

Nery critica pressa na revogação da prisão de Dantas

José Nery (PSOL-PA) criticou em discurso a “pressa” do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, em revogar a prisão do dono do banco Opportunity, Daniel Dantas, feita pela Polícia Federal no âmbito da Operação Satiagraha.

O senador também questionou a iniciativa de Gilmar Mendes de solicitar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que examine a conduta do juiz da 6ª Vara Criminal de São Paulo, Fausto Martin De Sanctis, responsável pelo mandado de prisão de Dantas. José Nery prestou solidariedade ao juiz De Sanctis “pela coragem que tem demonstrado em suas decisões”.

Com base em reportagem do jornal *O Liberal*, José Nery revelou que Dantas comprou fazendas em nove municípios do estado do Pará, que totalizam 510 mil hectares e abrigam 450 mil cabeças de gado. Ele disse que há suspeitas de que a compra daquelas terras serviu para a lavagem de dinheiro. O jornal especula ainda sobre a participação do filho do presidente da República, Fábio Luiz Lula da Silva, o “Lulinha”, como parceiro de Dantas nas fazendas.

José Nery pediu ao presidente Lula que, “uma vez constatada essa prática criminosa [lavagem de dinheiro] do banqueiro Daniel Dantas e seus comparsas”, as fazendas sejam confiscadas e colocadas à disposição do programa de reforma agrária. Caso contrário, o parlamentar sugeriu aos trabalhadores rurais sem terra que promovam eles próprios a reforma agrária nas terras de Daniel Dantas, “adquiridas com o dinheiro da corrupção e da lavagem”, e nas de “outros banqueiros, agiotes e inimigos do povo brasileiro”.



Foto de Moreira Mariz

Nery presta solidariedade ao juiz que decretou prisão do banqueiro